

Autoria, discurso e sujeito: uma questão de singularidade ou originalidade?

p. 22 - 30

Lívia Márcia Tiba Rádis Baptista¹

Resumo

Neste trabalho, aprofundaremos a reflexão em torno de algumas possíveis relações entre uma proposta discursiva e uma enunciativa de e para a reflexão em torno da linguagem, dos sujeitos e da subjetividade. Com este propósito, nos ocuparemos da autoria, da enunciação e da produção de discursos. Neste sentido, examinaremos como a Análise do Discurso pode, sem se desconstruir como campo teórico e analítico, abrir-se para a problematização de questões relacionadas com a tensão existente entre exterioridade e interioridade linguística e incorporar ao horizonte da problemática discursiva um redimensionamento do sujeito das práticas discursivas e da produção dos textos e discursos.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Autoria. Enunciação.

Abstract

In this paper, a deep reflection about the possible relations between a discursive proposal and an enunciative one from and to the reflection about the language, the subjects and the subjectivity is done. With this purpose, authorship, enunciation and production of discourses are treated. It is examined how the analysis of discourse can be opened to the problematization of questions related with the tension existent between linguistics exteriority and interiority and how it can incorporate to the discursive problematization a redimensionament of the subject of the discursive practices and of the production of texts and discourses, without being deconstructed as theoretical and analytical field.

Keywords: Discourse Analysis. Authorship. Enunciation.

Considerações iniciais

Neste trabalho, trataremos de algumas possíveis relações entre uma proposta discursiva e uma enunciativa de e para a reflexão em torno da autoria, dos sujeitos e da subjetividade. Com esse fim, proporemos a noção de singularidade do sujeito frente à de assujeitamento ou sujeito-efeito ou sujeito-posição. Ao propormos essa reflexão, pressupomos ser possível um diálogo com as teorias de natureza mais pragmática e, ainda, com

certa linguística enunciativa e/ou da enunciação, tendo em vista algumas dimensões que envolvem a produção dos discursos e a autoria.

Quanto à organização expositiva adotada, num primeiro momento retomaremos as considerações de Pêcheux (1997) a respeito da noção de sujeito para a Análise do Discurso e, em seguida, examinaremos como a de autoria de Foucault (1992) migrou para o campo discursivo.

Posteriormente, mencionaremos o proposto por Possenti (2001; 2002), salientando em que

1. Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (2005) e pós-doutora pela Universidade Pompeu Fabra, Barcelona. Atualmente é professora Adjunta III da Universidade Federal do Ceará. E-mail: liviarad@yahoo.com

medida as reflexões em torno do sujeito e da autoria nos conduzirão a um redimensionamento das relações discursivas no quadro de um além interdiscursivo. Feito isso, concluiremos nossas explicações com algumas ponderações a respeito de algumas possíveis aproximações entre uma perspectiva enunciativa e a discursiva.

Passemos, a seguir, à apreciação do primeiro aspecto que nos interessa tratar, qual seja, o de situar e caracterizar o sujeito (e sua natureza) na Análise do Discurso ao longo de sua constituição como campo analítico e teórico.

Análise do Discurso e sujeito

Nesta seção examinaremos, a partir das considerações de Pêcheux (1997), como a Análise do Discurso, ao longo de suas três fases, incorporou ao seu horizonte epistemológico a noção de sujeito. Com esse propósito, trataremos em particular da última e enfocaremos como a problemática do sujeito foi abordada e as suas implicações em termos de constituição do campo. Vale observar que concentraremos nosso foco nos deslocamentos operados nessa fase, porque nela se destacam questões que envolvem a alteridade discursiva e o sujeito.

Passemos, portanto, ao exame do desenvolvido por Pêcheux a respeito das peculiaridades das três épocas da Análise do Discurso e, em especial, do modo como foi tratada a noção de sujeito no interior da vertente proposta por ele. Passemos, pois, a esse ponto.

Segundo Pêcheux (1997), na primeira fase, haveria dois suportes teóricos para a constituição de uma metodologia para a Análise do Discurso: 1. uma noção de “sujeito-estrutura” que determinaria os sujeitos como os produtores de seus discursos e 2. uma distinção entre base linguística e processos discursivos. De acordo com

essa perspectiva, esse sujeito-estrutura acreditaria ser a fonte de seus discursos e possuir o controle sobre eles, quando, em realidade, seria um suporte, ou ainda, um sujeito-assujeitado. Nesse sentido, destacou-se a tese althusseriana, segundo a qual a ideologia interpelaria os indivíduos em sujeito e, assim, a noção de sujeito seria determinada pela posição, pelo lugar do qual se falasse. Lembrando aqui as duas premissas consideradas básicas para Althusser (2001) e nas quais sua tese estaria apoiada, a saber: 1. Não há prática, exceto por meio de e sob uma ideologia e 2. Não há ideologia, senão por meio do sujeito e para sujeitos.

A constituição do sujeito não seria, em princípio, resultado ou resultante de um processo histórico, uma vez que seríamos desde sempre sujeitos, isto é, a categoria de sujeito seria preexistente a cada um dos indivíduos, a cada indivíduo concreto e, além disso, seria uma condição de sua própria existência social. Em termos teóricos e metodológicos, pressupunha-se que a consciência de ser sujeito implicaria o reconhecimento da posição do indivíduo, como sujeito nas relações sociais, com todos os desconhecimentos que esse reconhecimento acarretaria.

Assim sendo, falar-se-ia no interior de uma dada formação discursiva que, por sua vez, seria regulada por uma formação ideológica. Portanto, o sujeito estaria marcado por uma indelével dimensão social e histórica, já que a formação discursiva delimitaria e definiria o dizível pelo sujeito. Dessa ótica, a língua natural seria uma base invariável, sobre a qual uma multiplicidade heterogênea de processos discursivos justapostos seria desdobrada. Em outros termos, uma posição estruturalista que não reconhecia a existência de uma metalíngua universal, inata e nem a de um sujeito intencional, origem de seu discurso.

Na segunda fase da Análise do Discurso,

o sujeito continuou sendo entendido como efeito de assujeitamento. Porém, passou-se a questionar a noção de formação discursiva como a de um dispositivo fechado para proposição da relação paradoxal dessa com o seu exterior. Ganhou destaque a noção de interdiscurso (um conjunto de discursos que pertencem a um mesmo campo discursivo ou a diferentes campos discursivos), referida ao exterior específico da formação discursiva que irromperia no seu interior. Advertimos que essa mudança foi fundamental na medida em que apontou para a não homogeneidade das formações discursivas. A tese presente que surge com força é a de que o sujeito-assujeitado operaria em dois níveis: num âmbito inconsciente, ideológico, e num âmbito pré-consciente ou consciente. No primeiro nível, o sujeito esqueceria qualquer elemento referido ao exterior de sua formação discursiva e, sendo assim, aceitaria e rejeitaria determinadas sequências linguísticas, com o que se produziriam determinados sentidos (esquecimento número 1). Já no segundo nível, o sujeito seria concebido como origem e fonte do sentido (esquecimento número 2) e escolheria aquilo que poderia e o que deveria ser dito ou não.

Destarte, definiu-se uma noção de sujeito desdobrado em diversas funções, de acordo com as várias posições por ele ocupadas em uma dada formação discursiva, atravessada por várias formações discursivas. Há de se observar que, nesse momento, houve um questionamento da formação discursiva como algo fechado e homogêneo. Além disso, sobressaiu a ideia da ilusão discursiva da unidade, da origem; uma ilusão entendida como necessária, na medida em que configuraria uma identidade, conforme com os esquecimentos 1 e 2 (PÊCHEUX, 1997, p. 177). Esse fato levou a considerar-se a existência de uma alteridade no interior do sujeito, marcado

pela dispersão, isto é, pelas várias posições que ele poderia assumir no seu discurso. Nessa instância, deparamo-nos com uma noção fundamental para a próxima fase, qual seja, a da heterogeneidade discursiva.

Na terceira fase da Análise do Discurso, valorizou-se e insistiu-se na alteridade discursiva; de tal forma que se passou de uma noção da máquina discursiva estrutural (concebida na primeira fase por Pêcheux) para a de máquinas discursivas paradoxais. Interessou o primado do outro sobre o mesmo, ou seja, do discurso de um outro colocado em cena pelo sujeito, ou ainda, do discurso do sujeito posto em cena como um outro, conforme Pêcheux (1997, p.316-317). Dessa forma, os desenvolvimentos teóricos apontaram para a heterogeneidade enunciativa; enfatizando-se, em concreto, as formas linguístico-discursivas do discurso-outro. E, sendo assim, ora se voltaram para o discurso de um outro, posto em cena pelo sujeito como um outro (caso das diferentes formas de heterogeneidade mostrada), ora para o além interdiscursivo, questionando-se os espaços de controle do sujeito.

Diante das mudanças observadas ao longo das distintas fases, concluímos que Pêcheux reconheceu a heterogeneidade como constitutiva do discurso; heterogeneidade referida às diferentes posições que o sujeito poderia assumir no discurso, sendo o discurso produto dessa heterogeneidade.

Em síntese, expusemos, de modo sucinto, algumas considerações a respeito de como a noção de sujeito foi problematizada ao longo das três fases (ou épocas) da Análise do Discurso, de acordo com Pêcheux (1997). Neste sentido, enfatizamos a heterogeneidade, como um conceito fundamental já esboçado na segunda fase e consolidado na terceira e, ainda, a noção de assujeitamento do sujeito. Tendo em vista o mencionado, a noção de subjetividade problematizou a relação exterior

e interior linguístico, ponto já aludido, quando nos referimos às relações entre o interdiscurso e o intradiscurso.

Assujeitamento e autoria

Baseando-nos no apresentado, na terceira fase da Análise do Discurso, constatamos a premência de se ter em conta a relação entre as dimensões linguísticas e as discursivas e a relevância dessa articulação para a Análise do Discurso. Ora, isso, por sua vez, conduziu a uma necessidade de repensar a tese do sujeito assujeitado e indicou possíveis aproximações com outras teorias, entre as quais aquelas de natureza mais pragmática e/ou enunciativa.

Vale observar, porém, que não se trata de reduzir as problemáticas levantadas pela Análise do Discurso à tese do assujeitamento do sujeito, mas, sim, de trazer para a discussão a noção de certo sujeito de discurso e neste sentido sugerir certa singularidade desse sujeito. Há de se notar, ainda, que não desenvolveremos uma teoria do sujeito para a Análise do Discurso, ponto que poderá ser mais bem aprofundado em outros trabalhos.

Diante do exposto, examinaremos, de maneira mais pontual, o que entendemos como algumas possíveis inter-relações entre as dimensões linguísticas e discursivas. Noutros termos, propomos olhar para esse sujeito do/de discurso como um sujeito da ordem da história e da ideologia, do imaginário e do inconsciente, mas que é, inevitavelmente, um sujeito da ordem da língua. Será nesse sentido que um estudo da natureza do sujeito, em concreto, do que denominamos a constituição da autoria se situa. Será esse, portanto, o tema de nosso próximo tópico.

Autoria e a singularidade do sujeito

Nesta seção, trataremos de duas questões relacionadas com a problemática do sujeito e da enunciação motivadas pelas aberturas detectadas na terceira fase da Análise do Discurso, em concreto: 1. o deslocamento operado pela Análise do Discurso da noção de autoria proposta por Foucault (1992) e 2. a proposição de certa singularidade do sujeito frente a uma noção de assujeitamento.

Entendemos que o exame dessas questões nos possibilitará a identificação de uma perspectiva enunciativa para pensarmos a autoria, em consonância com os deslocamentos vivenciados na terceira fase da Análise do Discurso. Sendo assim, a noção de autoria desenvolvida problematizará a natureza do sujeito, no quadro de uma revisão da tese de seu assujeitamento, o que, por sua vez, abrirá brechas para a sugestão de certa singularidade do sujeito discursivo.

Foucault e a autoria

As considerações a respeito da autoria derivam, em sua maioria, de estudos oriundos do campo literário, porém podem ser deslocadas – e de fato o foram – para os estudos do discurso. Observamos, porém, que, neste artigo, nos ocuparemos prioritariamente das ideias desenvolvidas por Foucault (1992), posto ter sido esse fundamental para chegarmos à proposta da noção de função-autor e sua inserção no campo discursivo.

Para Foucault (1992), a noção de autor pressupõe a produção de muitos textos (uma obra) e a de obras ou, ainda, se aplica aos fundadores de discursividade, como seria o caso de Freud e Marx. Para Foucault, esses dois últimos produziram também (além de uma obra) “[...] a possibilidade e

a regra de formação de outros textos [...]”, ou seja, estabeleceram “[...] uma possibilidade indefinida de discursos [...]”, na medida em que os seus discursos fundaram outros. Foucault (1992: p. 58) considera que ao longo do século XIX europeu surgiram “[...] tipos bastante singulares [...]”, não confundidos com os “[...] grandes autores literários [...]”, ou ainda, com os autores de textos religiosos canônicos, aos quais denomina “[...] os fundadores de discursividade [...]”. (FOUCAULT, 1992, p.58)

Outra característica atribuída à categoria de autor, conforme Foucault (1992), seria a de uma função que não estaria obrigatoriamente presente em todo tipo de discurso. Assim, por exemplo, uma carta privada poderá ter alguém que a assine ou a subscreva, mas não necessariamente um autor, o que se aplica tanto a um texto anônimo escrito em uma parede como a um contrato.

Diante do exposto, depreendemos que, para Foucault, a função autor se cumpre mediante o cumprimento de certas condições que dão suporte à existência, circulação e recepção dos discursos no interior de uma sociedade. E, dessa forma, propõe quatro características diferentes, e as emprega para definir a autoria, às quais, sumariamente, nos remetemos.

A primeira característica, para Foucault (1992), se refere ao fato de que o autor está relacionado à ideia de propriedade ou, ainda, à de apropriação dos ou do texto produzido. Deste modo, o estatuto de autoria pode ser historicamente datado e/ou definido, tendo por base o aparecimento da ideia de propriedade do próprio texto.

A segunda característica da função autor é que essa não é exercida de maneira universal e constante sobre todos os discursos. Conforme propõe Foucault (1992), os textos atualmente considerados literários, como, por exemplo, as

narrativas, contos, epopeias, tragédias e comédias, não eram imputadas a um autor determinado e, portanto, não possuíam um autor identificado com um indivíduo.

A terceira característica, citada por Foucault (1992), diz respeito ao fato de que a autoria não é espontânea, mas, ao contrário, é o resultado de uma intrincada operação, na qual é atribuído a um indivíduo certo estatuto, a saber, o de “[...] uma instância profunda [...]”, “[...] um poder criador [...]”, “[...] um projeto [...]” ou “[...] o lugar originário da escrita [...]”.

A quarta característica da função autor diz respeito à “[...] pluralidade de eus [...]”, o que pressupõe, como sugere Foucault (1992, p.55-56), uma dispersão do autor.

Em síntese, como vimos, para Foucault (1992) a função autor está articulada ao sistema jurídico e institucional que determina o universo dos discursos; não é exercida de modo uniforme e igual em todas as civilizações e épocas; não se define pelo simples fato de atribuir, de modo espontâneo, um discurso a seu produtor, mas, ao contrário, é fruto de uma série de operações complexas e específicas; não se trata de um indivíduo real, mas relaciona-se a diversas posições-sujeito ocupadas por diferentes indivíduos. Portanto, interessa examinar como o sujeito aparece na ordem dos discursos e as posições que ocupa, desalojado de uma posição de fundamento, de origem.

Autoria, sujeito e Análise do Discurso

Interessa abordar, a seguir, a temática autoria, sujeito e Análise do Discurso. Com esse fim, destacaremos as propostas de Orlandi (1996), que toma como ponto de partida o proposto por Foucault (1992) e considera que qualquer texto possui um autor ou uma função-autor, desde que exista um eu que assuma a responsabilidade pelo

dito. Em conformidade com essa perspectiva, a autoria é um princípio de textualidade, uma vez que ainda que um texto não possua um autor específico, lhe será atribuída uma autoria por meio da função-autor. Esse postulado está perfeitamente de acordo e coerente com uma teoria de ideologização do discurso, tal como a proposta por Pêcheux e com a tese do assujeitamento do sujeito. Esse sujeito, apesar de identificar-se com uma função-autor e não constituir a fonte ou a origem do dizer funciona como um princípio de textualização e está fortemente identificado com a ideia de um sujeito-posição.

Porém, ao voltarmos à problemática da natureza do sujeito discursivo, ponto sobre o qual vimos percorrendo, sugerimos certa singularidade frente a uma noção de assujeitamento radical à moda de Althusser, via primeira e segunda fase da Análise do Discurso. Apoiamo-nos na própria noção de função-autor, porém reconsideramos a relação do sujeito com a sua inserção histórica, para além do lugar social, do espaço estruturado pela posição que esse ocupa – ou venha a ocupar – na estrutura de produção. Noutros termos, chamamos a atenção para uma dimensão além daquela do sujeito-posição, ou seja, para um espaço de singularização do sujeito discursivo que não deve ser confundido, evidentemente, com o de um sujeito empírico. Além disso, não associamos a autoria a um indivíduo empírico e consideramos relevante examinar como se constrói a função subjetiva da autoria e, em concreto, de certo sujeito discursivo.

Diante do exposto, e em concordância com Possenti (2002), defendemos ser preciso propor respostas sobre como identificar a presença do autor, como encontrar autoria num texto e como distinguir textos com de textos sem autoria. Neste sentido, os textos escolares são reveladores de certo sujeito, um sujeito particular de linguagem, no e para o qual nosso olhar poderá, como analistas,

ser direcionado. Cabe salientar, contudo, que isso não implica que essa singularidade do sujeito não possa ser percebida em outros universos textuais e formas de textualização, no interior de suas práticas.

Em resposta aos questionamentos apontados, Possenti (2002) assinala que “[...] as verdadeiras marcas de autoria são da ordem do discurso, não do texto ou da gramática [...]” e que “[...] alguém se torna autor quando assume (sabendo ou não) fundamentalmente duas atitudes: 1. dar voz a outros enunciadores e 2. manter distância em relação ao próprio texto [...]” (POSSENTI, 2002, p.112). Essas atitudes podem ser tomadas conscientemente ou não.

Por esse viés, se entende que a autoria não se limitaria a uma função ou um princípio de textualização, uma vez que é reveladora de certa singularidade do sujeito que se faz presente no texto produzido, ponto ao qual nos reportaremos no próximo tópico.

Originalidade, imitação e singularidade

Distanciando-se da concepção de autor como uma função do sujeito e em conformidade com a proposta de Possenti (2002), sugerimos que a autoria se constitui quando o sujeito empreende um trabalho de levar adiante uma tarefa discursiva e o faz de um modo particular. Daí, portanto, a relevância da noção já mencionada por nós, qual seja, a de singularidade e que detalharemos a seguir. Com esse propósito, nos remontaremos a duas noções: as de imitação e originalidade.

Traçando o percurso por que passaram as noções de autor e autoria, Schneider (1990) observa que nos séculos XVI e XVII foram privilegiados os modelos que deveriam ser imitados. O enfoque recaía sobre a noção de engenhosidade, isto é, sobre a habilidade de copiar os modelos oriundos

de certa tradição. Já nos séculos XIX e XX se desenvolveu a noção de originalidade, contraposta a de engenhosidade e cultivou-se uma literatura que se supunha originar-se de si mesma ou da realidade, ao modo romântico ou realista. Dessa ótica, não mais se tratava de uma dada tradição que se deveria cultivar ou imitar.

De acordo com o exposto, com certo cuidado e com certas ressalvas, as noções de imitação e originalidade podem ser relacionadas com a produção dos textos escolares. Considerar a produção textual como imitação implica advogar a primazia de um modelo previamente determinado e considerá-la como original implica defender a produção escrita como produto de um sujeito original e criativo, caso em que o texto é tido como resultado apenas de uma intencionalidade do sujeito.

Propomos examinar a produção textual, em contexto escolar (e em outros), tendo como foco não as noções de imitação ou originalidade, mas a de singularidade do sujeito. A produção textual em contexto escolar passa a ser contemplada como um espaço de ação e de intervenção do sujeito nas diferentes práticas discursivas que requerem emprego de textos, de modo a favorecer sua inserção nessas mesmas práticas. E, sendo assim, a produção não deve ser considerada e avaliada por critérios baseados na habilidade da imitação ou na presença de certa originalidade. Interessa, portanto, o trabalho singular com a linguagem que o sujeito empreende ao realizar seu projeto de texto. Disso se depreende que os parâmetros de avaliação do texto devem orientar-se pelo modo como o autor está e se faz presente no texto. Por conseguinte, demanda identificar as formas de intervenção e as manobras e estratégias de que o autor se vale para realizar o seu projeto de querer-dizer.

Com base em nossas considerações e de

acordo com Possenti (2002), entendemos que a autoria pressupõe um modo singular de dar voz a outros enunciadores e de manter distância do próprio texto, e além disso, compreende um movimento em direção ao coenunciador e a produção de uma atitude responsiva do sujeito. Daí, uma inevitável aproximação com o que denominamos uma perspectiva enunciativa, tema de nossa próxima seção.

Enunciação, singularidade e autoria

Em conformidade com o exposto ao longo de nossas considerações, assumimos a existência de um “[...] modo peculiar de enunciar e de enunciar de certa forma [...]”, por parte de um determinado grupo e, ocasionalmente, de um determinado sujeito, tal como nota Possenti (2001). Propomos que a noção de enunciação, identificada com uma perspectiva discursiva, pressupõe a de certa singularidade do sujeito. O sujeito, ao operar com determinadas escolhas, não o faz por realizar um ato individual de liberdade. Esse movimento se deve a certa singularidade que está associada a uma dada inscrição (genérica, social e discursiva) e que é condicionada por certo lugar enunciativo e posicionamento discursivo. Contudo, vale dizer que ainda em função da restrição delimitada pela formação discursiva na qual se inscreve, o enunciador pode jogar com certas coerções, de maneira que realiza, entre as múltiplas possibilidades que lhe são oferecidas, determinadas escolhas.

Ora, isso nos leva a pensarmos numa certa personalidade, ou melhor, singularidade na enunciação. É preciso, no entanto, destacar que propomos a tese de que, apesar das restrições e das coerções do gênero (ou da própria formação discursiva ou do posicionamento), o sujeito ao enunciar o faz de um modo que seria peculiar,

singular; esse modo envolve certas estratégias e manobras.

Essas considerações nos permitem, portanto, reforçar nossa tese da singularidade do sujeito discursivo e da relevância de uma proposta de uma análise que possa nos proporcionar indícios dessa singularidade, tal como seria a de uma perspectiva enunciativa.

O sujeito inscreve sua presença no seu enunciado, o que pode ser feito de maneira mais ou menos visível, o que nos permite propor que ao fazê-lo pode mover-se num espaço de certa singularidade, sem, contudo, voltarmos a crer num sujeito livre. Pensamos ser possível alguma aproximação entre a enunciação e a autoria, tendo em vista os seguintes aspectos:

1. A enunciação não é um ato individual de apropriação, por parte de um indivíduo, do sistema da língua, mas o sujeito somente a acede por meio das limitações impostas pelos gêneros de discurso, ou seja, pelos dispositivos de comunicação que são definidos social e historicamente. Há, ainda, certa singularidade presente nessa relação. Assim, recorrer à noção de gênero, de modo a relacioná-la com a de enunciação, nos permite trazer para o foco da reflexão em torno do autor e da autoria elementos como, por exemplo: o status dos enunciadores e dos coenunciadores; as circunstâncias temporais e locais da enunciação; o suporte e os modos de difusão; os temas a serem introduzidos, bem como a extensão e o modo de organização. Além disso, esses elementos não devem ser desarticulados das práticas discursivas e essas práticas, por sua vez, das condições em que são produzidas histórica, cultural e socialmente.

2. A enunciação não é exclusiva do enunciador; a esse respeito lembramos as noções de dialogismo e polifonia propostas por Bakhtin. Nesse sentido, vale, igualmente, a noção

de acabamento do enunciado, que conforme Bakhtin (1992), supõe uma “[...] alternância dos sujeitos falantes vista do interior; essa alternância ocorre porque o locutor disse (ou escreveu) tudo o que queria dizer num preciso momento e em condições precisas.” Assim, um dos critérios do acabamento do enunciado seria a possibilidade de responder, ou, mais exatamente, de adotar uma atitude responsiva.

3. Quem enuncia o faz de certo modo e, portanto, joga com as possibilidades de escolha, apesar das coerções do gênero, sociais, linguísticas e/ou discursivas. E esse jogo, ponto que nos interessa, merece ser alvo de um estudo; para tanto, temos que nos voltar para os indícios, para os detalhes reveladores dessa forma peculiar de enunciar. Daí a contribuição dessa noção para nosso estudo em particular.

Considerações finais

Ao longo deste trabalho, enfatizamos que o sujeito que enuncia o faz de um modo peculiar e que se torna autor quando, entre outras coisas, dá voz aos demais e mantém a distância do próprio texto, segundo Possenti (2002). A partir disso, propusemos a tese de certa singularidade do sujeito, já que há um modo peculiar de enunciar que se concretiza por meio de determinadas estratégias e manobras de autoria que indicam uma tomada de posição e um querer-dizer do autor. E, sendo assim, entendemos que na progressão textual, na medida em que se constroem os sentidos, por meio de movimentos como prospectivos e retrospectivos, são tomadas posições e decisões por parte do sujeito com vistas a realizar um projeto de texto. Desse modo, sugerimos que as escolhas operadas pelos produtores do texto sobre o material linguístico de que dispõem, visando orientar o coenunciador na construção do sentido, podem ser interpretadas a partir

de uma perspectiva linguístico-discursiva. Esse deslocamento nos leva a aventar a hipótese de que essa construção do sentido é uma forma de intervenção do sujeito na linguagem, portanto, é autoria. Para que haja construção de sentido são ativadas certas estratégias e manobras pelo sujeito ao enunciar. Cumpre-nos, portanto, avançar na sua identificação e interpretação a fim de definir o caráter singular de suas ocorrências.

Referências

SILVA, F. **Como estabelecer os parâmetros da globalização**. 2 ed. São Paulo: Macuco, 1999.

ALTHUSSER, L. (1976) **Aparelhos ideológicos de Estado**. Nota sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

BAKHTIN, M. (1979) **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BAPTISTA, L.M.T. R **Manobras e estratégias de autoria**: a singularidade do sujeito na produção escrita em língua espanhola. (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

FOUCAULT, M. (1969) **O que é um autor?** S/l: Garrido & Lino, 1992.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes/ Editora da UNICAMP, 1997.

ORLANDI, E.P. **Discurso e leitura**. Campinas: Cortez/Editora da UNICAMP, 1996.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**. Uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: UNICAMP, 1995.

PÊCHEUX, M. A Análise de Discurso: Três épocas. (1983). In GADET, F.; HAK, T. (Orgs.) **Por uma Análise Automática do Discurso**.

Uma introdução à Obra de Michel Pêcheux. Campinas: UNICAMP, São Paulo, 1997. p. 61-161

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. (1975). A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In GADET, F.; HAK, T. (Org.) **Por uma Análise Automática do Discurso**. Uma introdução à Obra de Michel Pêcheux. Campinas: UNICAMP, São Paulo, 1997. p.163 -252 .

POSSENTI, S. _____. Enunciação, autoria e estilo. **Revista FAEEBA, Salvador**, n.15, p. 15-21, jan/jun, 2001.

_____. Índícios de autoria. **Revista Perspectiva**. Florianópolis, v.20, n. 01 p.105-124, jan/jun.2002.

SCHNEIDER, M. **Ladrões de palavras**: ensaio sobre o plágio, a psicanálise e o pensamento. Campinas: UNICAMP, Campinas, 1990.

Artigo enviado em: 27/09/2011

Aceite em: 15/11/2011